



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respeitando na ética e na moralidade.

- 10.2. Efetuar os pagamentos nos termos do Contrato;
- 10.3. Manter com a Contratada, relacionamento por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;
- 10.4. Não permitir que os veículos locados sejam operados por funcionários inabilitados;
- 10.5. Fiscalizar a execução do instrumento contratual, através do Fiscal deste contrato, na forma que lhe convier.
- 10.6. Receber os veículos locados, de acordo com as ordens de serviços / notificações emitidas pela Divisão de Transportes da Defensoria
- 10.7. Proceder à devolução dos veículos, de acordo com ordem de serviço /notificação emitida pela Divisão de Transportes ao final do contrato e/ou nas alterações contratuais durante a sua vigência.
- 10.8. Recusar o recebimento do veículo se não estiver de acordo com o item 4.1 do Termo de Referência n. 03/2013-DT.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Contrato ficará a cargo do gerente de transporte, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas.
- 11.2. No exercício da fiscalização, o responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, poderá, a critério do Contratante, emitir relatórios circunstanciais, devidamente vistados pela Contratada.
- 11.3. Nos casos em que houver necessidade de substituição do fiscal, esta se dará por meio de decisão do Ordenador de Despesa.
- 11.4. Em havendo ausência justificada, o acompanhamento e a fiscalização se darão por servidor indicado pelo fiscal quando do seu afastamento.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Prestar assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social respaldado na ética e na moralidade.

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nestes termos, sujeita a CONTRATADA a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.1.1. Atraso acima de 3 (três) dias, multa de 1% (um por cento);

12.1.2. A partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

12.3. Se a CONTRATADA recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.1.1. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;

12.3.1.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa.

12.5. As multas previstas nesta Cláusula não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CONTRATANTE.

12.6. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do presente Termo, sujeita a CONTRATADA a multas, consoante o *caput* e o 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica às necessidades, com excelência, efetivando a inclusão social, respeitando na ética e na moralidade

12.7. A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.8. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total, do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.

12.9. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a execução dos serviços deverá ser encaminhada a esta Instituição até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

13.1. A contratada reconhece os direitos da CONTRATANTE relativos ao presente contrato:

13.1.1. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93;

13.1.2. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

13.1.3. Fiscalizar a execução do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no “Diário Oficial do Estado”, que é condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela Contratada assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância da Lei 8.666/93 e suas alterações.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respeitando na ética e na moralidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC. E DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

16.1. Correrão por conta exclusiva do CONTRATADA:

16.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste instrumento contratual.

16.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

16.2. Todos os profissionais e outros prepostos, utilizados pela CONTRATADA, não terão qualquer vinculação com a CONTRATANTE, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se à CONTRATADA pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, quanto ao funcionário a que está vinculado.

16.3. Caso a CONTRATANTE, a qualquer tempo, venha a ser notificado ou citado, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos constantes neste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei Federal nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

18.2. A CONTRATANTE poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respeitando na ética e na moralidade.

18.2.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;


18.2.2. A nulidade não exonera a Contratante do dever de indenizar a Contratada pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

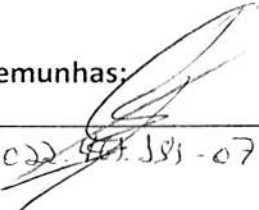
19.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato. E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

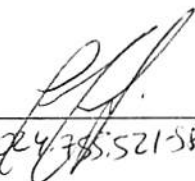
Cuiabá-MT, 24 de fevereiro de 2014.


DJALMA SABO MENDES JUNIOR
 Defensor Público Geral do Estado


LUIZ CESAR KAWASAKI E CIA LTDA
LUIZ CESAR KAWASAKI – CPF: 405.580.701-59

Testemunhas:

1. 
 CPF: 022.561.383-07

2. 
 CPF: 024.785.521-58

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002116-03/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Restaurante Machado. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002115-03/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Hiper Machado. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 005458-00/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ivalda Souza Melo. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 006395-00/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. SUPERMERCADO COGAL. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 004223-00/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): SAMU-EL FRUNGLIO e PRESIDENTE DO CSMF. Decisão: A unanimidade, detiveram o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002574-02/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Delegacia Especializada em Crimes Fazedores e Contra a Adm. Pública, GEOTERRA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, SINFRA – MT. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 000665-05/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 003414-00/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): MP, PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 001254-08/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Câmara Municipal de Vereadores de Nova Canaã do Norte/MT. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 000996-03/2013. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ARNILDO HELMUTH SULZBACHER – EX-PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARÁ. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 004468-00/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Alice Maria Pereira Ferreira, Administração Pública Municipal de Varzea Grande, Daluz Benedita de Arruda. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 004593-00/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTARIOS DA CASA TERAPÊUTICA VIVER SOBRIE, MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 003108-01/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso, 2ª Promotora de Justiça Cível de Alta Floresta, Paulo Florentino da Silva, Edson Apolinário. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002172-01/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso, 2ª Promotora de Justiça Cível de Alta Floresta, Paulo Florentino da Silva, Carlos Paes de Mello. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002182-01/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público Estadual, Paulo Florentino da Silva, Carlos Paes de Mello. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 003383-01/2007. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público, Prefeitura Municipal de Santa Carmem e Prefeitura de Sinop. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 001353-00/2013. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MT, Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 000915-03/2013. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002116-03/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Restaurante Machado. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002115-03/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Hiper Machado. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 005458-00/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ivalda Souza Melo. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 006395-00/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso. SUPERMERCADO COGAL. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 004223-00/2013. Relator: Edmilson da Costa Pereira. Interessado(s): SAMU-EL FRUNGLIO e PRESIDENTE DO CSMF. Decisão: A unanimidade, detiveram o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002574-02/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Delegacia Especializada em Crimes Fazedores e Contra a Adm. Pública, GEOTERRA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, SINFRA – MT. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 000665-05/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 003414-00/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): MP, PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 001254-08/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Câmara Municipal de Vereadores de Nova Canaã do Norte/MT. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 000996-03/2013. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ARNILDO HELMUTH SULZBACHER – EX-PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARÁ. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 004468-00/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Alice Maria Pereira Ferreira, Administração Pública Municipal de Varzea Grande, Daluz Benedita de Arruda. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 004593-00/2011. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTARIOS DA CASA TERAPÊUTICA VIVER SOBRIE, MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 003108-01/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso, 2ª Promotora de Justiça Cível de Alta Floresta, Paulo Florentino da Silva, Edson Apolinário. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002172-01/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso, 2ª Promotora de Justiça Cível de Alta Floresta, Paulo Florentino da Silva, Carlos Paes de Mello. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 002182-01/2009. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público Estadual, Paulo Florentino da Silva, Carlos Paes de Mello. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 003383-01/2007. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público, Prefeitura Municipal de Santa Carmem e Prefeitura de Sinop. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 001353-00/2013. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MT, Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. Decisão: A unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.</p> <p>Processo nº: 000915-03/2013. Relator: José de Medeiros. Interessado(s): Ministério Público</p>
--	--

DEFENSORIA PÚBLICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2014/DP-MT

CONTRATADA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO MATO GROSSO.

CONTRATADA: LUI CESAR KAWASAKI E CIA LTDA.

Procedimento nº: 642646/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Parecer Técnico nº 003/2014/DP/MT.

Data de Assinatura: 24/02/2014;

Vigência: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 18.515,00 (dezoito mil quinhentos e quinze reais) mensais

Dotação Orçamentária: 10101.0001.03.122.036.9900.339000000.4.1 Elemento de Despesa: 39.

Contratante: DUALMA SABO MENDES JUNIOR – Defensor Público-Geral.

Contratada: LUI CESAR KAWASAKI – Representante Legal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2014/DP/MT

Processo nº: 79993/2014;

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO e a Empresa LUCINETE MARIA ALVES DE LIMA ME.

Objeto: Aquisição dos serviços de locação de uma barca para subsidiar o evento do Projeto Ribeirinho Cidadão.

Fundamento Legal: artigo 24, inc. II da Lei 8.666/93 e Parecer Técnico nº 063/2014/AT/DP/MT.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Dotação Orçamentária: 10101.0001.03.122.176.2941.9900.339000000.100.5.1

CAIO CEZAR BUIN ZUMIOTTI

2º Subdefensor Público-Geral



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

CONTRATO Nº 008/2014 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA
**CS BRASIL TRANSPORTE DE
PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS
LTDA**, CONCERNENTE A LOCAÇÃO DE
VEÍCULOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES,
QUANTIFICAÇÕES E CONDIÇÕES
CONSTANTES NESTE INSTRUMENTO
CONTRATUAL.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Rua 06 (esquina com a rua 04, parte do lote nº 01 da Quadra nº 11, setor A, Centro Político Administrativo, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.415/0031-60, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, **Dr. DJALMA SABO MENDES JUNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 718129 SSP/MT e do CPF nº 852.476.856-87, denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado à Empresa **CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 10.965.693/0001-00, localizada na Avenida Saraiva, 400 – sala 04, Bairro Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, representada pelo seu Sr. **FABIO ALBUQUERQUE MARQUES VELLOSO**, portador da cédula de identidade RG nº 10.549.593 SSP/SP do CPF nº 040.916.268-07, e pelo Sr. **ADRIANO THIELE**, portador da cédula de identidade RG nº 8051982463 SESP/RS e do CPF nº 585.295.350-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, considerando a adesão à Ata de Registro de Preços nº 018/2013/SAD/MT, Pregão nº 001/2013 da Secretaria de Estado de Administração do Estado de Mato Grosso, resolvem celebrar o presente Contrato, que atende o Procedimento Administrativo nº 707874/2013, Parecer Técnico nº 100/2014, e será regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos de uso administrativo para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, nos termos das especificações contidas neste instrumento contratual e no Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO PRODUTO

2.1. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93. 2.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

c) Nas hipóteses previstas pelo artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.

2.3. Nos preços infra citados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4. Os preços para os bens contratados são os constantes da proposta apresentada no Pregão, conforme discriminação abaixo:

Empresa: CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

CNPJ: 10.965.693/0001-00

Lote 01



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	LOCAÇÃO DE VEICULO UTILITÁRIO, ZERO KM, CAMINHONETE TIPO PICK-UP, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV, BI COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ETANOL), CABINE DUPLA (4 PORTAS), COM AR CONDICIONADO, SEM MOTORISTA E COM SEGURO TOTAL. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. DEMANDA ESPECÍFICA DO IPEM. MENSAL	MN	04	R\$ 3.269,90	R\$ 156.955,20

MENSAL: R\$ 13.079,60 (treze mil e setenta e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.2. Assinar o contrato com o Órgão/Entidade adesa ao Registro de Preços no prazo não superior a 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial, concomitante a assinatura do Contrato haverá a retirada da Nota de Empenho relativa ao mesmo;

3.3. Os veículos deverão ser disponibilizados em Cuiabá e/ou Várzea Grande adesos a Ata de Registro de Preços;

3.4. Os veículos obrigatoriamente deverão ser emplacados no Estado de Mato Grosso;

3.5. Deverá disponibilizar os veículos com, no mínimo, seguro contra acidentes a terceiros, sem franquia, e havendo franquia essa ficará a cargo da CONTRATADA, sendo a locação livre de quilometragem, tributos, encargos sociais e trabalhistas.

3.5.1. Dispor o seguro dos veículos sob locação, inclusive os reservas o qual deverá ter cobertura contra perdas por responsabilidade civil, danos causados a terceiros e materiais no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) cada, sem compra da apólice dispensado o contratante de qualquer compromisso indenizatório, devendo o custo do seguro estar incluído no preço da locação.

3.5.2. A apólice do seguro deverá ainda constar a cobertura de para-brisas, Faróis e lanterna.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

3.5.3. Na entrega dos veículos a contratada entregará a contratante cópia autenticada da apólice de seguro

3.6. Emitir autorização devidamente assinada pelos responsáveis legais da empresa contratada, para instalação nos veículos locados de sistema informatizado que auxiliará na gestão dos serviços de abastecimento de combustíveis por TRR (Transportador, Revendedor e Retalhista) e postos credenciados, com a utilização de cartão magnético ou micro processado.

3.6.1. A exigência do item anterior deverá ser observada também para os veículos reservas;

3.7. Disponibilizar os veículos em no **máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato e publicação do extrato do mesmo Diário Oficial do Estado, sob pena de multa diária de 1% (um por cento) do valor do lote da Ata de Registro de Preços e ao qual foi vencedor e o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SAD e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

3.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria, cujas reclamações, se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria, no tocante a execução do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital Apenas poderão participar da licitação todas as empresas especializadas no ramo das atividades econômicas pertinentes ao objeto deste certame, em situação regular perante os órgãos de controle das respectivas atividades profissionais, e que atendam todas as condições e especificações constantes do Edital/Termo de Referência/Projeto Básico, da Licitação;

3.10. A contratada, que não tiver sede (estrutura) no território do Estado de Mato Grosso, deverá providenciar garagem e instalações/escritório de representação com equipamentos e tecnologia suficiente que viabilize a entrega dos veículos contratados em Cuiabá/Várzea Grande/MT. O prazo máximo para efetuar as instalações será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar a partir da publicação da Ata de Registro de Preço;

3.10.1. A estrutura deverá ser comprovada através de:

- a) Escritura do imóvel ou contrato de aluguel, e;
- b) Fotografia do Local das instalações da empresa.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

c) Alvará de Licença ou seu requerimento protocolado junto ao Órgão responsável;

3.11. A contratada deverá dispor de todos os veículos constante no Edital, veículos ZERO KM, ressaltamos ainda que a manutenção dos veículos será por conta da contratada e ainda a contratada deverá disponibilizar o local de entrega dos veículos em Cuiabá/Várzea Grande, Mato Grosso. Referente aos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 os veículos serão licitados sem motorista, ao passo que, nos lotes 07, 08, 09 e 10 as empresas concorrentes deverão apresentar na proposta de preço a inclusão de motorista com habilitação correspondente ao tipo de veículo licitado incluindo ainda o adicional de "operador de Muck" (muqueiro) de acordo com a CCT/2013.

3.11.1. Havendo prorrogação do contrato os veículos locados deverão ser substituídos a cada 12 meses por modelos 0 (zero). Km

3.12.. A Manutenção dos veículos locados deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 horas, devendo ser justificado tecnicamente qualquer extrapolação do prazo acima estipulado;

3.13. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de entrada do produto no ato da liquidação, procedimento de conferência, de acordo com o que determina a Lei nº 4.320/64, Art. 3º, §2º, I;

3.14. A contratada deverá responsabilizar-se por todos os tributos pertinentes aos veículos e estes deverão estar quites com o Fisco – independente da esfera de Governo;

3.14.1. A contratada deverá responsabilizar-se pelo Seguro na forma da Lei (obrigatório DPVAT).

3.15. Para todos os lotes/itens, a contratada deverá disponibilizar 10% (dez por cento) a mais da quantidade total de veículos, como veículos reservas, para atender qualquer eventualidade pertinente a prestação de serviços;

3.16. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.16.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

3.17. A Contratada somente poderá liberar o veículo a partir do recebimento do TERMO DE LIBERAÇÃO, emitido pela DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, sob pena de descumprimento da Ata de Registro de Preços.

3.18. Comunicar imediatamente à Defensoria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.19. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde pública e no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.20. Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, em caso de culpa ou dolo de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.21. Tendo agido com culpa ou dolo, responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

3.22. Todos os veículos locados deverão ter rastreador de localização e monitoramento durante 24 horas, os quais a CONTRATANTE poderá ter acesso a qualquer tempo, inclusive solicitando relatório por veículo locado;

3.23. A contratada deverá substituir os pneus dos veículos locados de acordo com as especificações técnicas indicadas no Tread Wear Indication - T.W.I. ou quando o sulco atingir 1.6 mm;

3.23.1. A substituição de pneus por desgaste natural correrá por conta da CONTRATADA.

3.24. A Contratada deverá dispor-se a receber em horário de expediente o veículo locado, bem como dispor de unidade para suprir a anteriormente devolvidas quando solicitada pela Administração Pública, sem ônus adicional;

3.24.1. No prazo de 30 (trinta) dias úteis antes da eventual devolução do veículo a Administração Pública – Órgão/Entidade – deverá avisar formalmente a Contratada das devoluções;

3.24.2. No prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, a Administração Pública – Órgão/Entidade deverá solicitar formalmente a demanda para a Contratada;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

3.25. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002, Decreto Estadual 7.217/2006 e suas alterações e Decreto Estadual 2.067/2009.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

4.1. A inobservância das regras previstas neste Contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

4.2. Os serviços somente serão recebidos pela Contratante após o atendimento de todas as condições estabelecidas no edital e no termo de referência.

4.3. Efetuada a comunicação do término dos serviços, a CONTRATADA providenciará, em até 15 (quinze) dias corridos, a realização de vistoria para efeito de seu recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

4.4. Até 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos serviços e verificados e aprovados as condições técnicas dos serviços, a CONTRATADA fará o recebimento definitivo. 4.5. Caso não atendida as exigências para execução dos serviços, será lavrado um Termo de Recusa, sendo apontadas as falhas e irregularidades constatadas.

4.6. A ocorrência da hipótese prevista no item anterior determinará a retomada da contagem do prazo contratual a partir da lavratura do termo supra mencionado.

4.7. Depois de sanadas as falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará, novamente a comunicação.

4.8. A CONTRATANTE poderá aceitar, a seu critério, o recebimento de parte dos serviços, desde que obedecidas às condições vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO DE VEÍCULOS

5.1. Visando a necessidade de controle pelos Órgãos/entidades da correta utilização pelos servidores dos veículos locados, e para que se faça cumprir as exigências descritas nos itens 16.10. e 16.10.1, se faz imprescindível que todos os veículos quando disponibilizados, estejam equipados com Sistema Específico de monitoramento dos veículos em tempo real;

5.2. O sistema de monitoramento deverá ser fornecido pela contratada, para o Órgão/Entidade contratante;



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

5.3. A contratada deverá dispor de treinamento do agente gestor/fiscal de cada contrato;

5.4. A contratante deverá disponibilizar condições, espaço e equipamentos de tecnologia da informação - TI, para a instalação dos sistemas de monitoramento de seus veículos contratados;

5.5. O gestor dos contratos advindos da ata de registro de preços, terá acesso ao monitoramento de todos os veículos disponibilizados aos Órgãos/Entidades adesos.

CLÁUSULA SEXTA - POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR

6.1. Qualquer falta cometida pela CONTRATADA somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito, e não considera como inadimplência contratual, se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com o parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

6.2. Ocorrendo motivo de força maior, a CONTRATADA notificará, de imediato e por escrito, a Unidade da CONTRATANTE que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se a CONTRATANTE fornecer outras instruções por escrito, a CONTRATADA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES DE TRÂNSITO

7.1. Em conformidade ao Decreto Estadual nº. 2.067 de 11.08.2009, o Estado de Mato Grosso, através de seus Órgãos/Entidades, deverá proceder ao que condizem as penalidades da seguinte forma:

7.1.1. Nas multas e penalidades de trânsito aplicadas pelos órgãos competentes será de inteira responsabilidade do condutor do veículo oficial ou do veículos auxiliar no momento da autuação.

7.1.2. Se o condutor julgar necessário poderá entrar com recurso de multa de trânsito junto ao órgão competente, sendo de sua inteira responsabilidade a elaboração e defesa do recurso.

7.1.3. Os recursos de multas de trânsito deverão ser acompanhados pelo setor responsável pela utilização dos veículos, que deverá informar ao setor a que o servidor esteja lotado sobre o resultado do julgamento.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

7.1.4. Os valores apurados em decorrência de multas e avarias serão debitados em folha de pagamento, respeitadas as condições previstas na legislação vigente, desde que previamente autorizados pelo servidor ou após julgamento do competente processo administrativo.

7.1.5. Poderão os condutores dos veículos sofrer medidas administrativas e disciplinares, de acordo com a gravidade da multa, de seus atos na condução do veículo oficial e do veículo auxiliar e suas sucessivas reincidências, onde serão consideradas as condições operacionais e circunstanciais que resultaram na incorreta condução do veículo.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

8.1. O presente contrato, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria de Estado de Administração.

8.2. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas, primeiro as previstas em edital como aquelas previstas na minuta do contrato que estará disponível no site da SAD, portal de aquisições, no mesmo link onde é retirado o edital.

8.3. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento, sob pena de multa 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor contratado.

8.4. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.5. Constarão do contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A contratada deverá apresentar garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o total da contratação (art. 56 da Lei nº 8.666/93);

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

- 10.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 10.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 10.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que respeitadas as normas de segurança;
- 10.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no item 22 deste documento e as estabelecida no Edital;
- 10.5. Caberá a Defensoria promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 10.6. Indicar pessoa responsável pela administração dos contratos;
- 10.7. Receber o veículo verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, quantidade de combustível disponível, cabendo relatório, conforme o caso, e estado geral do veículo;
- 10.8. Devolver o veículo com a mesma quantidade de combustível recebida na retirada;
- 10.9. Novas adesões do Órgão/Entidade somente serão efetuadas caso haja a devolução do Veículo.
- 10.10. Utilizar os veículos, exclusivamente, para os serviços de competência do ÓRGÃO, envolvendo transporte de pessoas, materiais, ferramentas e equipamentos, obedecendo aos limites estabelecidos pela fabricante do veículo quanto à capacidade de cada marca/modelo;
- 10.10.1. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço, preferencialmente no período diurno e em dias úteis;
- 10.10.2. Permitir a condução dos veículos somente por servidores oficialmente autorizados;
- 10.11. Fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

- 10.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.
- 10.13. Exercer a fiscalização dos serviços por profissionais especialmente designados;
- 10.14. Não sublocar/ceder os veículos objeto deste edital;
- 10.15. Recolher os veículos, após a jornada de trabalho nas instalações dos Órgãos/Entidade, salvo exceções necessárias por motivos operacionais, oficialmente autorizadas, conforme especificado no Art. 11 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº. 2.067/2009;
- 10.16. Registrar a utilização, controle e gestão dos veículos, conforme os formulários anexos ao Decreto Estadual nº. 2.067/2009;
- 10.17. Incluir o número de chassi e/ou placa do objeto a ser locado, na Nota Fiscal, sempre que existir, para efeitos de controle interno;
- 10.18. Solicitar a locação após a devida adesão ao registro de preços disponível e submeter-se a todas as regras estabelecidas quanto ao bom uso dos veículos;
- 10.19. Notificar e Comunicar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- 10.20. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- 10.21. Enviar ao órgão Gestor da Ata de Registro de Preços – SAD/MT – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para fins de controle;
- 10.22. Fornecer a contratada até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a quilometragem mensal de cada veículo fornecido/contratado, através de e-mail ou encaminhado de ofício na sede/filial da empresa em Cuiabá/Várzea Grande;
- 10.23. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;
- 10.24. Instalar nos veículos locados sistema informatizado que auxiliará na gestão dos serviços de abastecimento de combustíveis por Transportador, Revendedor e Retalhista - TRR e postos credenciados, com a utilização de cartão magnético ou micro processado, inclusive com checagem de cota disponível para o veículo/órgão no momento do abastecimento, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário;



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

10.24.1. Em eventuais substituições de veículos por veículos reservas, fica a cargo da CONTRATANTE a retirada e/ou bloqueio do sistema informatizado descrito no item 16.24, sob pena de responsabilidade.

10.25. O ESTADO SOMENTE SE RESPONSABILIZARÁ PELA EXECUÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS:

10.25.1. Lavagem simples;

10.25.2. Reparo de pneus (furos e válvulas);

10.25.3. Abastecimento de combustíveis;

10.25.4. Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, nos equipamentos/acessórios instalados pelo Estado.

10.26. QUANDO OCORRER MULTAS, O ESTADO OBRIGA-SE A:

10.26.1. Quando do recebimento da notificação de infração, identificar de imediato o condutor, ou, informar o porque de sua não identificação, caso a infração seja de responsabilidade do Contratante.

10.26.2. Se a infração for de responsabilidade da CONTRATADA, informar à mesma de imediato porque motivo o condutor não foi identificado, bem como, porque o Estado não assumiu a responsabilidade pela multa, devolvendo a notificação à CONTRATADA.

10.26.3. Ingressar com recurso em tempo hábil quando não houver concordância de sua parte, ou do servidor condutor, na aplicação da infração.

10.26.4. Providenciar o pagamento das infrações de trânsito de sua responsabilidade exclusiva, ou do servidor condutor, aplicadas no período correspondente à execução do contrato, não se admitindo a postergação do pagamento das mesmas, podendo o gestor do Órgão ser responsabilizado pela demora em instaurar os procedimentos apuratórios que deverão ser sumários, obedecendo aos prazos processuais.

10.26.5. As multas somente poderão ser atribuídas como de responsabilidade do servidor após o devido processo legal, que apuradas as responsabilidades e atribuídos o ônus da multa, esta deverá ser ressarcida aos cofres públicos.

10.26.6. Encaminhar a CONTRATADA, original do comprovante de pagamento da infração ou, do deferimento do recurso, mantendo cópia em seu poder.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

10.27. QUANDO OCORRER AVARIAS E SINISTROS, O ESTADO OBRIGA-SE A:

10.27.1. Responsabilizar-se pelas avarias não eventuais de uso, observando-se as regras administrativas competentes;

10.27.2. Em caso de sinistro, notificar a CONTRATADA imediatamente sobre o fato e encaminhar cópia do Boletim de Ocorrência, Fotos e Laudo Pericial;

10.27.2.1. O Laudo Pericial deve ser solicitado pela CONTRATANTE no local do acidente;

10.27.2.2. Quando os sinistros envolverem terceiros, o Boletim de Ocorrência deve conter declaração de todos os envolvidos;

10.27.3. Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo, devidamente instruído com no mínimo os seguintes documentos: a) Boletim de Ocorrência; b) Fotos; c) Laudo Pericial; d) Três orçamentos de cotações de preços (que comprovem que os equipamentos e serviços constantes utilizados pela empresa correspondem aos valores praticados no mercado); e) Notas fiscais das empresas que prestaram os serviços e/ou forneceram peças, e; f) Demais documentos necessários à comprovação da negligência, imperícia, imprudência, dolo, ou ato ilícito do servidor.

10.27.4. No término dos serviços, os veículos deverão ser devolvidos à CONTRATADA, após realização de inspeção pela CONTRATADA e acompanhada por representante da CONTRATANTE. Caso sejam constatadas avarias que não seja do uso comum do veículo, sendo por mau uso, negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela CONTRATANTE exceto os previstos no item 16.24, será elaborado relatório técnico com apresentação pela CONTRATADA de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela CONTRATANTE.

10.27.5. Estão ratificadas por estas cláusulas outras obrigações da CONTRATANTE, que comparecem em outros assuntos específicos que compõem as demais cláusulas deste Edital/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DOS SERVIÇOS

11.1. A gestão e fiscalização da prestação dos serviços será exercida por servidor(es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada.

11.1.1. Ao Gestor do Contrato competem analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

11.2. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pelo Órgão/Entidade Contratante cabe, no mínimo: 6.28.2.1. Receber e devolver o veículo locado, observada todas as normas de segurança estabelecidas nas legislações de trânsito, no contrato e no Decreto Estadual nº. 2.067/2009;

11.2.2. Acompanhar a execução, bem como o controle das locações;

11.2.3. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso;

11.2.4. Notificar a empresa contratada e a Secretaria de Estado de Administração sobre situações irregulares;

11.2.5. Verificar e prestar informações ao preposto da contratada sobre a quilometragem utilizada dos veículos;

11.2.6. Controlar o consumo de combustível, lubrificante e calibragem dos pneus dos veículos sob sua responsabilidade;

11.2.7. Outras situações designadas em instrumento legal, em especial ao Decreto Estadual nº. 2.067/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1. Após cada fornecimento, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará junto a CONTRATANTE fatura/nota fiscal e relatório que, após a devida atestação pelo setor competente e regular liquidação, será objeto de pagamento até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela CONTRATADA.

12.2. O CONTRATADO deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

12.3. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao CONTRATADO, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

12.4. Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva da prestação dos serviços de locação de veículos à CONTRATANTE;

12.5. O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

12.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do futuro e eventual Contratado.

12.7. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome da **Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso – com o seguinte endereço: Rua 06 (esquina com a rua 04, parte do lote nº 01 da Quadra nº 11, setor A, Centro Político Administrativo, CNPJ nº 03.507.415/0031-60**, e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE.

12.8. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, conforme Artigo 123 do Decreto 7.217/2006, para os lotes sem mão de obra, lotes 01 a 06.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão pela dotação orçamentária da Defensoria Pública, assim distribuída:

Dotação Orçamentária: 10101.0001.03.122.036.2006.9900.339000000.100.4.1

Elemento de Despesa: 39

13.2. As despesas nos exercícios subsequentes correrão por dotação específica a ser consignada, sendo que a respectiva nota de empenho deverá ser entregue à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

14.1. Este instrumento vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado podendo ser prorrogado por conveniência e interesse da administração, se a proposta se



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

mantiver mais vantajosa que os preços praticados no mercado, respeitando o disposto no inciso II, artigo 57 da lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pelo contratado, assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações, garantido o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §1 do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da nota de empenho.

16.2. Quanto ao atraso para assinatura do Contrato: a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); b) A partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato: a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento); b) A partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

16.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

16.5. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades: a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado; b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos, e, c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

16.6. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

16.7. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa.

16.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

17.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

18.1. - Será designado, pela Contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à Contratada o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração do Contratante ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da Contratada.



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTE

19.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços, que teve início em 18 de julho de 2013.

19.2. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

19.3. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SAD.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

20.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

20.3. O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

20.3.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

20.3.2. A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos



FLS. _____

ASS. _____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

GERÊNCIA DE CONTRATOS - GCC

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados, com excelência, efetivando a inclusão social, respaldado na ética e na moralidade

regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

20.3.3. Será permitido a subcontratação parcial do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa contratada, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato. E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 18 de março de 2014.

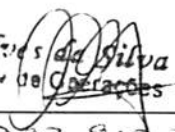

DJALMA SABO MENDES JUNIOR
 Defensor Público Geral do Estado


CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
FABIO ALBUQUERQUE MARQUES VELLOSO


CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
ADRIANO THIELE

Testemunhas:

1. Alina Lima
 CPF: 018.563.951-89


 2. Denis Afonso da Silva
 Coord. de Apoio às Operações
 CPF: 315.742.918-31

DEFENSORIA PÚBLICA

ATO Nº. 120/2014

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Lei Complementar nº 146, de 29 de dezembro de 2003, resolve tornar pública a renúncia à nomeação do candidato ANDERSON ALMEIDA DA SILVA, aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos, cujo Edital de Homologação foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 30 de junho de 2010, prorrogado pelo Ato nº. 011/2012, publicado no Diário Oficial nº. 25764 do dia 15/03/2012, no cargo inicial da Carreira (Defensor Público Substituto do Estado de Mato Grosso), cujo pedido de renúncia foi protocolado no dia 25/03/2014 na Sede da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, optando, entretanto, pelo deslocamento para o último lugar da lista de classificados, conforme artigo 114 da Lei complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

PUBLICADO,
REGISTRADO,
CUMPRÁ-SE.

Cuiabá/MT, 03/04/2014.

(ORIGINAL ASSINADO)

Djalma Sabo Mendes Júnior
Defensor Público-Geral do Estado

ATO Nº. 119/2014

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Lei Complementar nº 146, de 29 de dezembro de 2003, resolve tornar pública a renúncia à nomeação do candidato DANILO AUGUSTO FORMAGIO, aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos, cujo Edital de Homologação foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 30 de junho de 2010, prorrogado pelo Ato nº. 011/2012, publicado no Diário Oficial nº. 25764 do dia 15/03/2012, no cargo inicial da Carreira (Defensor Público Substituto do Estado de Mato Grosso), cujo pedido de renúncia foi protocolado no dia 26/03/2014 na Sede da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, optando, entretanto, pelo deslocamento para o último lugar da lista de classificados, conforme artigo 114 da Lei complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

PUBLICADO,
REGISTRADO,
CUMPRÁ-SE.

Cuiabá/MT, 03/04/2014.

(ORIGINAL ASSINADO)

Djalma Sabo Mendes Júnior
Defensor Público-Geral do Estado

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2010-DP/MT

Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Contratada: LUPPA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 002/2010-DP/MT por 12 (doze) meses.

Vigência: 05/03/2014 a 04/03/2015.

Fundamento Legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93, Processo nº. 20947/2014 e Parecer Técnico nº. 021/2014/DP/MT.

Data de Assinatura: 03/03/2014.

Órgão: 10101

Signatário da Defensoria Pública: DJALMA SABO MENDES JUNIOR - Defensor Público-Geral do Estado

Contratada: FLÁVIA MESQUITA GONÇALVES - Sócia-Proprietária.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013/DP/MT

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através do Defensor Público-Geral do Estado, vem a público **DIVULGAR O RESULTADO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013/DP-MT** - Processo nº. 307002/2013, o qual tem por objeto a futura e eventual aquisição de materiais permanentes - móveis e eletrodomésticos, para atender a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, conforme especificações determinadas no edital e seus anexos, de acordo com o quadro abaixo:

Lote 01 - Condicionadores de ar - Empresa Vencedora: WANDA COM. MOVEIS E EQUIP. LTDA EPP - Valor Adjudicado: R\$ 1.220.000,00.

Lote 02 - Aquisição de Bebedouros - Empresa Vencedora: AKDD LETRONICOS E PAPELARIA COM. REPRESENTAÇÕES. SERV. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 87.800,00.

Lote 03 - Aparelhos telefônicos - Empresa Vencedora: JVM COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 10.300,00.

Lote 04 - Aparelhos Eletrônicos - TV e DVD - Empresa Vencedora: MAXMAR COM. IMP. EXP. SERV. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 131.500,00.

Lote 05 - Aparelhos Eletrônicos - Projetor Multimídia - Empresa Vencedora: MAXMAR COM. IMP. EXP. SERV. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 207.500,00.

Lote 06 - Não Adjudicado e não homologado.

Lote 07 - Ventiladores - Empresa Vencedora: AKDD LETRONICOS E PAPELARIA COM. REPRESENTAÇÕES. SERV. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 16.000,00.

Lote 08 - Eletrodomésticos - Fornos e Fogões - Empresa Vencedora: ATI COM. MOVEIS E INF. LTDA EPP - Valor Adjudicado: R\$ 64.390,00.

Lote 09 - Eletrodomésticos - refrigeradores - Empresa Vencedora: AKDD LETRONICOS E PAPELARIA COM. REPRESENTAÇÕES. SERV. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 88.000,00.

Lote 10 - Fragmentadora de Papel - Empresa Vencedora: JVM COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 32.000,00.

Lote 11 - Eletrodomésticos - liquidificadores e máquina de café expresso - Empresa Vencedora: ATI COM. MOVEIS E INF. LTDA EPP - Valor Adjudicado: R\$ 33.930,00.

Lote 12 - Móveis de Aço - Empresa Vencedora: JART COM. DE MOVEIS DE AÇO LTDA EPP - Valor Adjudicado: R\$ 124.000,00.

Lote 13 - Móveis de madeira e compensados - Mesas - Empresa Vencedora: MILANFLEX IND. E COM. DE MOVEIS E EQUIP. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 283.700,00.

Lote 14 - Móveis - Poltronas, cadeiras e longarinas - Empresa Vencedora: MILANFLEX IND. E COM. DE MOVEIS E EQUIP. LTDA - Valor Adjudicado: R\$ 255.470,00.

Cuiabá/MT, 17 de março de 2014.

(ORIGINAL ASSINADO)

DJALMA SABO MENDES JUNIOR
Defensor Público-Geral do Estado

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2014/DP/MT - PUBLICADO
NO DOE Nº 26256 DO DIA 21/03/2014

ONDE SE LÊ:

Valor: R\$ 2.296,49 (dois mil duzentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos) mensais.

LEIA-SE:

Valor: R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2014/DP-MT

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

CONTRATADA: CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Procedimento nº: 707874/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Parecer Técnico nº 100/2014/DP/MT;

Data de Assinatura: 18/03/2014;

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor: R\$ 13.079,60 (treze mil e setenta e nove reais e sessenta centavos) mensais.

Dotação Orçamentária: 10101.0001.03.122.036.2006.9900.339000000.100.4.1 Elemento de Despesa: 39.

Contratante: DJALMA SABO MENDES JUNIOR - Defensor Público-Geral.

Contratada: FÁBIO ALBUQUERQUE MARQUES VELLOSO - Representante Legal e ADRIANO THIELE - Representante Legal.

ATO Nº. 118/2014

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DE MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve nomear RICARDO MANARIM PHILIPPSEN no cargo em comissão DPNE-II de Assistente Jurídico da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, para atuar junto ao Núcleo de Sinop/MT, a partir de 03/04/2014.

PUBLICADO,
REGISTRADO,
CUMPRÁ-SE.

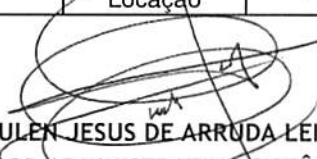
Cuiabá/MT,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA SISTÊMICA
RELAÇÃO DE TERMOS ADITIVOS CELEBRADOS EM 2014

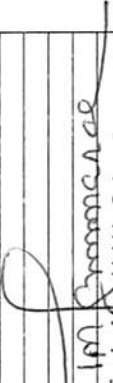

CONTRATO (Nº / Ano)	CONTRATADO	OBJETO	FASE DE TERMOS ADITIVOS	VALOR MENSAL	VENCIMENTO	VALOR GASTO EM 2014
003/2006	ELIANE LEÃO ORDMOND DE CAMPOS	Locação	8º Termo Aditivo	R\$ 9.817,19	07/04/2015	R\$ 88.354,71
019/2006	MTM CONSTRUÇÕES LTDA	Locação	8º Termo Aditivo	R\$ 18.507,64	30/09/2015	R\$ 55.522,92
020/2006	MTM CONSTRUÇÕES LTDA	Locação	7º Termo Aditivo	R\$ 17.625,27	30/09/2015	R\$ 52.875,81
019/2007	JUVENTINO KESTERING	Locação	7º Termo Aditivo	R\$ 2.666,42	25/06/2015	R\$ 15.998,52
001/2009	MTM CONSTRUÇÕES LTDA	Locação	5º Termo Aditivo	R\$ 18.009,79	22/01/2015	R\$ 198.107,69
011/2010	MARLI DE LOURDES B. DA SILVA	Locação	3º termo aditivo	R\$ 2.119,50	05/05/2015	R\$ 16.956,00
016/2010	SITE CONTABILIDADE LTDA	Locação	4º Termo Aditivo	R\$ 2.381,88	21/07/2015	R\$ 11.909,40
024/2010	VALMIRO LUIZ DA SILVA	Locação	4º termo aditivo	R\$ 1.522,34	26/08/2015	R\$ 6.089,36
030/2010	JOÃO HOEPERS	Locação	5º Termo Aditivo	R\$ 925,82	01/10/2015	R\$ 2.777,46
033/2010	ORFEU FURQUIM PERRERIA	Locação	4º Termo Aditivo	R\$ 1.962,10	19/11/2015	R\$ 1.962,10
003/2011	JOSE BUENO MAGALHAES	Locação	1º termo aditivo/2 anos direto	R\$ 1.126,00	05/02/2015	R\$ 12.386,00
010/2011	ELEONIDE DA SILVA MATOS	Locação	1º termo aditivo/2 anos direto	R\$ 1.050,00	28/02/2015	R\$ 10.500,00
011/2011	TAWFIQ'S PALACE HOTEL LTDA	Locação	3º termo aditivo	R\$ 3.574,08	15/03/2015	R\$ 35.740,80
023/2011	SONIA MARIA BASEI	Locação	1º termo aditivo (24 meses)	R\$ 1.668,29	01/05/2015	R\$ 13.346,32
43/2011	MEDEIROS & CURVO LTDA./NSA	Motorista	4º termo aditivo	R\$ 30.473,08	16/12/2015	R\$ 30.473,08
003/2012	CORREIOS	Postagem	2º termo aditivo	R\$ 11.160,42	28/02/2015	R\$ 111.604,20
006/2012	BANCO DO BRASIL	Serviços Bancários	X	TARIFAS BANCARIAS	07/05/2017	
008/2012	RONAIR ATAÍDE PASSOS - ME	Limpeza	2º Termo Aditivo	R\$ 10.783,32	02/07/2015	R\$ 64.699,92
009/2012	JOSÉ CLODOVIR NASCIMBENI	Locação	2º Termo Aditivo	R\$ 1.145,47	30/06/2015	R\$ 6.872,82
013/2012	BROLIO & BROLIO - CONSTRUTORA E IMOB NOSSA SENHORA APARECIDA	Locação	2º Termo Aditivo	R\$ 1.581,35	18/07/2015	R\$ 9.488,10
015/2012	PANTANAL Vigilância Armada	Vigilante	2º Termo Aditivo	R\$ 21.361,04	29/08/2015	R\$ 85.444,16
016/2012	RONAIR ATAÍDE PASSOS - ME	Limpeza	2º Termo Aditivo	R\$ 3.594,44	04/09/2015	R\$ 14.377,76
004/2013	Sr. HÉLIO DOS REIS MARTINS	Locação	1º termo aditivo	R\$ 3.170,19	20/02/2015	R\$ 31.701,90
016/2013	PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.	Vigilante	1º Termo aditivo	R\$ 10.675,69	21/05/2015	R\$ 74.729,83
017/2013	CEMAT	Energia	X	-	10/06/2015	

019/2013	TURA & CIA LTDA – ME	Locação	X	R\$ 2.000,00	20/07/2015	R\$ 10.000,00
025/2013	Sra. ODELITA DOS SANTOS AGUIAR SILVA	Locação	1º Termo Aditivo	R\$ 1.100,00	09/02/2015	R\$ 1.100,00
026/2013	Sr. REINALDO CELSO BIGNARDI e Sra. ROSANGELA APARECIDA AIELLO BIGNARDI	Locação	1º TERMO ADITIVO	R\$ 1.242,50	11/11/2015	R\$ 2.485,00
027/2013	OI - BRASIL TELECON S/A	Internet	1º termo aditivo	R\$ 29.874,39	18/10/2015	R\$ 89.623,17
028/2013	N J CAYRES JUNIOR – ME	Locação	1º Termo Aditivo	R\$ 2.070,00	30/10/2015	R\$ 4.140,00


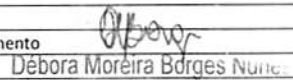

 ÉDIULEN JESUS DE ARRUDA LEITE
 COORDENADOR ADMINISTRATIVO SISTÊMICO - CAS
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

3.5. Convênios concedidos

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS SOLICITADOS PELO TCE-2014						
Processo	Concedente	Conveniente	Convênios	Objeto	Assinatura	Vencimento
724927/2011	D P / MT	MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE/MT	CONVÊNIO Nº 038/2009	Visa a edificação da Sede da Defensoria Pública do Estado de MT, no Município de Primavera do Leste/MT, a qual será construída em terreno doado	30/12/2014 - TA	29/05/2015
911339/2010	D P / MT	MUNICÍPIO DE SINOP / MT	CONVÊNIO Nº 039 / 2009	Visa a edificação da Sede da Defensoria Pública do Estado de MT, no Município de Sinop/MT, a qual será construída em terreno doado pela CONVENIENTE.	05/01/2013 - TA	15/04/2015
311459/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA	Defensoria	CONVÊNIO N.010/2014	Repasse financeiro para fins de apoio ao pagamento do aluguel e encargos para instalação da Defensoria no Município.	24/07/2014	24/01/2015

RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO	
Nome:	Teruko Marlei Ishida Guimarães
Cargo:	Gerente de Projetos e Convênios
Data:	10/02/2015
Assinatura:	 Teruko Marlei Ishida Guimarães Gerente de Projetos e Convênios
Nome:	Debora Moreira Borges Nunes
Cargo:	Coordenadora de Planejamento e Orçamento
Data:	10/02/2015
Assinatura:	

RELAÇÃO DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CESSÃO SOLICITADOS PELO TCE-2014						
Processo	Cooperante	Cooperado	Termo	Objeto	Assinatura	Vencimento
23471/2014	SECITEC	Defensoria	TERMO DE CESSÃO DE USO 003/2014	Cessão de 01 (hum) Kit para implantação e desenvolvimento do Centro de Acesso a Tecnologia para inclusão social - CATIS	15/01/2014	14/01/2024
31798/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA	Defensoria	TERMO DE CESSÃO DE USO N.002/2014	Cessão de Uso de bem móvel 01 veículo oficial da Defensoria para Prefeitura de Alto Araguaia/MT	05/02/2014	04/02/2016
77338/2014	ASSEMBLÉIA - LEGISLATIVA	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	Tem como objetivo a prestação de serviços de assistência jurídica, integral e gratuito, no espaço Cidadania João Paulo II, instalado na	31/01/2014	30/01/2016
70433/2014	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 005/2014	União de esforços dos partícipes para execução do Projeto Ribeirinho Cidadão Ribeirinho, sétima edição.	21/02/2014	22/03/2014
169589/2014	SAD-Secretaria de Administração	Defensoria	TERMO DE CESSÃO DE USO N.011/GPI/COM/SPS/SAD	Cessão de Uso de bem Imóvel localizado no Centro Político Administrativo.	19/03/2014	19/03/2024
89280/2014	TJMT-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.08/2014	Ação conjunta no âmbito dos Juizados especiais, para instalar o serviço de atendimento denominado Juizado Especial do Torcedor - JET, na Arena Pantanal.	25/03/2014	Prazo indeterminado
284801/2014	SECID- SECRETARIA DAS CIDADES	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 002/2014	Realização de Projeto de Regularização Fundiária Sustentável nos municípios do Estado de Mato Grosso.	14/05/2014	07/02/2015
248353/2014	Defensoria	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ	TERMO DE CESSÃO DE USO N.003/2014	Cessão de Uso de bem móvel 01 veículo oficial da Defensoria para Prefeitura de Nova Maringá/MT	27/05/2014	26/05/2016
297634/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 001/2014	Pagamento do imóvel do núcleo da Defensoria, cessão de 01 aparelho de ar condicionado, pagamento das despesas de energia, internet, serviços de manutenção dos computadores, limpeza, cessão de servidores.	05/05/2014	04/05/2015
308937/2014	TRT-TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	Instalação de Núcleo da Defensoria Pública e de Vara do Trabalho Itinerante no imóvel de propriedade da União no Município de Campo Verde/MT.	02/06/2014	01/06/2019
401940/2014	Defensoria	PREFEITURA DE NOVA UBIRATÃ	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.004/2014	Cessão de Uso de bem móvel 01 (um) veículo oficial da Defensoria para Prefeitura de Nova Ubitatã	26/09/2014	25/09/2016
630208/2014	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2014	Projeto Ribeirinho Cidadão	30/10/2014	29/10/2019
497394/2014	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.50/2014	Possibilitar aos membros do Núcleo Cível da Defensoria Pública da Capital, utilizar o sistema de acompanhamento processual da Primeira Instância, denominado Sistema Apolo, por meio da infraestrutura da rede do Fórum da Capital.	10/12/2014	10/12/2019
701200/2014	CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO	Defensoria	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.47/2014	É efetivar o correto cumprimento do denominado PROJETO PAI PRESENTE, instituído pelo Provimento n. 12 de 06 de agosto de 2010, pela Corregedoria Nacional de Justiça, que visa reduzir o número de pessoas sem paternidade no país.	16/12/2014	16/12/2016

RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO		
Nome:	Teruko Marlei Ishida Guimarães	
Cargo:	Gerente de Projetos e Convênios	
Data:	10/02/2015	
Assinatura:	 Teruko Marlei Ishida Guimarães Gerente de Projetos e Convênios	
Nome:	Debora Moreira Borges Nunes	
Cargo:	Coordenadora de Planejamento e Orçamento	
Data:	10/02/2015	
Assinatura:	 Debora Moreira Borges Nunes Coordenadora de Planejamento e Orçamento	

3.6. Encargos previdenciários



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

Processo nº 29122/2014

FIPLAN

FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000171-1	10101.0001.14.000135-8	10101.0001.14.000189-9	NOB	02731	18/02/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339030000.100.1.1	1.500,00		ADIANTAMENTO MATERIAL CONSUMO - PROT 66115/2014
10101.0001.14.000172-8	10101.0001.14.000136-6	10101.0001.14.000186-4	NOB	02731	18/02/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339030000.100.1.1	1.500,00		ADIANTAMENTO PJ PROT 66115/2014
		10101.0001.14.000018-2	GCV		28/05/2014		(560,01)		GCV com devolução parcial de adiantamento sem CPMF. dev parc adiantamento de Mat de consumo
		10101.0001.14.000019-0	GCV		28/05/2014		(1.500,00)		GCV com devolução total de adiantamento sem CPMF. dev total adiantamento de serviço
10101.0001.14.000912-5	10101.0001.14.001340-2	10101.0001.14.001958-5	NOB	02731	05/11/2014	10101.0001.03.122.176.2941.9900.339030000.100.1.1	500,00		ADIANTAMENTO MATERIAL DE CONSUMO - PROT 588862/2014
		10101.0001.14.000048-4	GCV		30/12/2014		(3,42)		GCV com devolução parcial de adiantamento sem CPMF. DEV PARCIAL ADIANTAMENTO

Total Credor:

*** 1.436,57

CREADOR : 2006087979

NOME : VIVO S.A.

CNPJ : 02.449.992/0072-58

10101.0001.14.000639-8	10101.0001.14.001240-6	10101.0001.14.001814-7	NOB	02731	21/10/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339092000.100.1.1	489,89		TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA - SERVIÇO DE TELEFONIA, CONTRATO 005/2009 - PROT 694144/2013
------------------------	------------------------	------------------------	-----	-------	------------	---	--------	--	---

Total Credor:

*** 489,89

CREADOR : 2006097761

NOME : FUNPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ : 08.530.205/0001-90

10101.0001.14.000285-6	10101.0001.14.000271-0	10101.0001.14.000360-3	NOB	02732	17/03/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319011000.115.3.1	11.243,70		VALORES RESARCIDOS P AO FUNPREV REFERENTE A RETENÇÃO DE DE CONTRIBUIÇÃO, BEM COMO DA COTA PATRONAL DE SERVIDOR CEDIDO RECOLHIDO INDEVIDAMENTE NA CONTA DE PREVIDENCIA DA DEFENSORIA. CONF. PROC. 471293/2013
------------------------	------------------------	------------------------	-----	-------	------------	---	-----------	--	--

Total Credor:

*** 11.243,70

CREADOR : 2006099683

NOME : CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA-DEFENSORIA PUBLICA

CNPJ : 02.528.193/0001-83

10101.0001.14.000045-4	10101.0001.14.000083-1	10101.0001.14.000165-1	NOB	02731	06/02/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	328.886,81		DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL ATIVO MES DE JANEIRO DE 2014 PROC. 42027/2014
10101.0001.14.000048-9	10101.0001.14.000089-0	10101.0001.14.000178-3	NOB	02732	06/02/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	8.022,19		PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO MES DE JANEIRO 2014 PROC. 42027/2014
10101.0001.14.000206-6	10101.0001.14.000234-6	10101.0001.14.000266-6	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	326.686,29		DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL ATIVO FEVEREIRO 2014 PROC. 103941/2014

2013 - 666.659,58

666.659,58



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDACÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000249-1	10101.0001.14.000237-0	10101.0001.14.000272-0	NOB	02732	07/03/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	9.843,01		PAGAMENTO DA FOLHA DE INATIVO REF. MES DE FEVEREIRO 2014 PROC. 103941/2014
10101.0001.14.000325-9	10101.0001.14.000536-1	10101.0001.14.000645-9	NOB	02731	01/04/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	326.623,76		FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE MARÇO DE 2013 PESSOAL ATIVO
10101.0001.14.000328-3	10101.0001.14.000537-1	10101.0001.14.000662-9	NOB	02732	01/04/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	9.843,01		FOLHA DE INATIVO MÊS DE ABRIL DE 2014
10101.0001.14.000410-7	10101.0001.14.000541-8	10101.0001.14.000689-0	NOB	02732	06/05/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	9.843,01		FOLHA DP PESSOAL INATIVO REFERENTE MÊS DE MARÇO DE 2014
10101.0001.14.000433-6	10101.0001.14.000540-1	10101.0001.14.000676-9	NOB	02731	06/05/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	327.702,67		FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE ABRIL DE 2014 PESSOAL ATIVO
10101.0001.14.000514-6	10101.0001.14.000658-9	10101.0001.14.000885-0	NOB	02731	06/06/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	375.324,76		FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE MAIO DE 2014 PESSOAL ATIVO CONFORME PROC. 294097/2014
10101.0001.14.000517-0	10101.0001.14.000659-7	10101.0001.14.000894-1	NOB	02732	06/06/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	11.522,66		FOLHA DE PAGAMENTO DE INATIVO MÊS DE MAIO DE 2014
10101.0001.13.000986-9	10101.0001.13.001377-4	10101.0001.14.001071-5	NOB	02731	01/07/2014	10101.0001.14.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	321.855,65	X	2 PARCELA DO 13º. SALARIO DE 2013
10101.0001.13.000999-0	10101.0001.13.001408-8	10101.0001.14.001065-0	NOB	02732	01/07/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	8.098,51	X	FOLHA DE INATIVO DE 13 SALARIO 2013
10101.0001.13.001003-4	10101.0001.13.001405-3	10101.0001.14.001066-9	NOB	02732	01/07/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	8.098,51	X	FOLHA DE INATIVO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013
10101.0001.13.001016-6	10101.0001.13.001404-5	10101.0001.14.001073-1	NOB	02731	01/07/2014	10101.0001.14.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	328.606,91	X	folha de pagamento de dezembro de 2013 relativo ao PESSOAL ATIVO
10101.0001.14.000561-8	10101.0001.14.000787-9	10101.0001.14.001108-8	NOB	02732	03/07/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	11.522,66		FOLHA DE PAGAMENTO APOSENTADOS REF MES DE JUNHO 2014
10101.0001.14.000562-6	10101.0001.14.000786-0	10101.0001.14.001086-3	NOB	02731	03/07/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	375.324,76		FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE JUNHO 2014 PROC. 349215/2014
10101.0001.14.000624-1	10101.0001.14.000952-9	10101.0001.14.001395-1	NOB	02731	07/08/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	372.399,90		FOLHA DO PESSOAL ATIVO MÊS DE JULHO 2014 PROC. 410207/2014
10101.0001.14.000627-4	10101.0001.14.000953-7	10101.0001.14.001407-9	NOB	02732	07/08/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60		FOLHA DE INATIVO REF. MÊS DE JULHO DE 2014 PROC. 4102307/2014
10101.0001.14.000635-5	10101.0001.14.001060-8	10101.0001.14.001549-0	NOB	02731	09/09/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	372.399,90		FOLHA DE PESSOAL ATIVO AGOSTO/2014 - PRCD. 470421/2014
10101.0001.14.000638-1	10101.0001.14.001062-4	10101.0001.14.001533-4	NOB	02732	09/09/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60		FOLHA DE PESSOAL INATIVO AGOSTO/2014 - PRCD. 470421/2014
10101.0001.14.000703-3	10101.0001.14.001150-7	10101.0001.14.001696-9	NOB	02731	07/10/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	372.399,90		FOLHA DE PESSOAL ATIVO MÊS DE SETEMBRO/2014 - PRCD. 531544/2014
10101.0001.14.000706-8	10101.0001.14.001153-1	10101.0001.14.001716-7	NOB	02732	07/10/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60		FOLHA DE PESSOAL INATIVO - SETEMBRO/2014 - PRCD. 531544/2014
10101.0001.14.000778-5	10101.0001.14.001336-4	10101.0001.14.001910-0	NOB	02731	07/11/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	372.399,90		FOLHA DE PESSOAL ATIVO MÊS DE OUTUBRO/2014 - PRCD. 596336/2014
10101.0001.14.000781-5	10101.0001.14.001339-9	10101.0001.14.001901-1	NOB	02732	07/11/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60		FOLHA DE PESSOAL INATIVO - MÊS DE OUTUBRO/2014 - PRCD. 596336/2014
10101.0001.14.000781-5	10101.0001.14.001339-9	10101.0001.14.001975-5	NOB	02732	07/11/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60	X	FOLHA DE PESSOAL INATIVO - MÊS DE OUTUBRO/2014 - PRCD. 596336/2014
10101.0001.14.000781-5	10101.0001.14.001339-9	10101.0001.14.001917-8	NOB	42375	10/11/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.31901000.115.3.1	(13.964,60)	X	Estorno automático - transmissão eletrônica



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATSE/SEFAZ

FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101
*Data do Documento maior igual a 01/01/2014
*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
---------	------------	-----------	------	-----	--------------	----------------------	-------	-----------	-----------

10101.0001.14.000967-2	10101.0001.14.001502-2	10101.0001.14.002169-5	NOB	02731	09/12/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	423.207,14	✓	Folha de Pessoal Ativo, mês de Novembro/2014. PRCD. 649610/2014.
10101.0001.14.000970-2	10101.0001.14.001503-0	10101.0001.14.002157-1	NOB	02732	09/12/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60	✓	FOLHA DE PESSOAL INATIVO, MÊS DE NOVEMBRO/2014, PRCD. 649610/2014
10101.0001.14.001076-1	10101.0001.14.001583-9	10101.0001.14.002253-5	NOB	02731	19/12/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	378.590,19	✓	SEGUNDA PARCELA 13º SALÁRIO - FOLHA PESSOAL ATIVO - DEZEMBRO/2014 - PRCD. 674235/2014.
10101.0001.14.001077-8	10101.0001.14.001586-3	10101.0001.14.002262-4	NOB	02732	19/12/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60	✓	FOLHA PESSOAL INATIVO - 13º SALÁRIO DEZEMBRO/2014 - PRCD. 674235/2014
10101.0001.14.000781-5	10101.0001.14.001339-9	10101.0001.14.002371-1	NOB	42375	30/12/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.31901000.115.3.1	(13.964,60)	✓	Para regularização
10101.0001.14.001141-3	10101.0001.14.001642-8	10101.0001.14.002322-1	NOB	02732	30/12/2014	10101.0001.09.272.997.8001.9900.319001000.115.3.1	13.964,60	✓	FOLHA PESSOAL INATIVO, DEZEMBRO/2014, PRCD. 701163/2014.
10101.0001.14.001145-6	10101.0001.14.001648-7	10101.0001.14.002316-7	NOB	02731	30/12/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	427.281,95	✓	FOLHA PESSOAL ATIVO, DEZEMBRO/2014, PRCD. 701163/2014

Total Credor:

*** 5.590.271,65

4.523.612,07

CREDOR : 2007007600	NOME : WALTAMIR AUGUSTO BORRALHO DIAS			CPF : 106.912.271-87				
10101.0001.14.000024-1	10101.0001.14.000003-3	10101.0001.14.000017-5	NOB	02731	30/01/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	250,00	Vistoria na Defensoria Pública de Sinop - MT - PROT 36636/2014
10101.0001.14.000109-4	10101.0001.14.000073-4	10101.0001.14.000095-7	NOB	02731	05/02/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	250,00	Vistoria na Defensoria Pública de Sinop - MT - PROT 54853/2014
10101.0001.14.000233-3	10101.0001.14.000214-1	10101.0001.14.000280-1	NOB	02731	06/03/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	250,00	Vistoria na Defensoria Pública de Juscimeira - MT - PROT 103655/2014
10101.0001.14.000334-8	10101.0001.14.000354-7	10101.0001.14.000463-4	NOB	02731	01/04/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	250,00	Vistoria na Defensoria Pública de Sinop - MT - PROT 155882/2014
10101.0001.14.000369-0	10101.0001.14.000407-1	10101.0001.14.000541-1	NOB	02731	15/04/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	250,00	Vistoria na Defensoria Pública de Sinop - MT - PROT 190767/2014
10101.0001.14.000396-8	10101.0001.14.000437-3	10101.0001.14.000566-5	NOB	02731	29/04/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	125,00	Dias se deslocar de Cuiabá/MT para Tangará da Serra/MT, no dia 14/04/2014 para realizar vistoria na Defensoria Pública de Tangará da Serra/MT, conforme procedimento nº 203405/2014.
10101.0001.14.000581-2	10101.0001.14.000774-7	10101.0001.14.001226-2	NOB	02731	07/07/2014	10101.0001.03.122.036.2004.9900.339014000.100.1.1	250,00	Vistoria na Defensoria Pública de Sinop - MT - Primavera de Leste - MT - PROT 615184/2014
10101.0001.14.000961-3	10101.0001.14.001398-4	10101.0001.14.002024-9	NOB	02731	14/11/2014	10101.0001.03.122.176.2941.9900.339014000.100.1.1	125,00	Vistoria e Manutenção na Defensoria Pública de Tangará da Serra/MT - PROT 627323/2014
10101.0001.14.001008-5	10101.0001.14.001455-7	10101.0001.14.002095-8	NOB	02731	01/12/2014	10101.0001.03.122.176.2941.9900.339014000.100.1.1	125,00	Vistoria na Defensoria Pública de Rondonópolis-MT - 650235/2014
10101.0001.14.001014-1	10101.0001.14.001452-2	10101.0001.14.002102-4	NOB	02731	01/12/2014	10101.0001.03.122.176.2941.9900.339014000.100.1.1	500,00	Vistoria na Defensoria Pública de Alta Floresta - prot 627323/2014

09/04/2015 13:16

lhars



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



Defensivos

3635,165,85

FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000973-1	10101.0001.14.001453-2	NOB	02731	13/08/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	44,53		NF278 RECEPCIONISTA SINOP, REF. JULHO - PROT 433092/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000990-1	10101.0001.14.001472-9	NOB	02731	18/08/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,46		NF277 COPEIRA SEDE, REF JULHO - PROT 433095/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.001025-1	10101.0001.14.001571-7	NOB	02731	01/09/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	89,06		NF276 RECEPÇÃO ROO, REF. JULHO - PROT 433094/2014
10101.0001.14.001047-6	10101.0001.14.001628-2	10101.0001.14.002336-1	NOB	02731	29/12/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339039000.100.4.1	2.319,89		REF MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO CONF PROC 603736/2014
Total Credor:							*** 11.078,87		

CREADOR : 1995008500

NOME : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CNPJ : 29.979.036/0001-40

10101.0001.14.000039-1	10101.0001.14.000028-9	10101.0001.14.000032-9	NOB	02731	31/01/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 1658 RECEPÇÃO DEZ13 - PROT 33057/2014
10101.0001.14.000096-9	10101.0001.14.000074-2	10101.0001.14.000092-2	NOB	02731	05/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2509 RECEPÇÃO JAN/14 - PROT 54181/2014
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.000069-6	10101.0001.14.000093-0	NOB	02731	05/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 739 VIGILANCIA E SEGURANÇA REF JAN/14 - PROT 50008/2014
10101.0001.14.000045-4	10101.0001.14.000083-1	10101.0001.14.000164-3	NOB	02731	06/02/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	52.854,74		DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL ATIVO MES DE JANEIRO DE 2014 PROC. 42027/2014
10101.0001.14.000047-0	10101.0001.14.000086-6	10101.0001.14.000174-0	NOB	02731	06/02/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	102.502,82	X	INSS PATRONAL PESSOAL COMISSIONADO PROC. 42027/2014
10101.0001.14.000130-2	10101.0001.14.000079-3	10101.0001.14.000064-7	NOB	02731	07/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339093000.100.5.1	251,80		NF 2511 LIMPEZA E COPEIRAGEM, REF A 9(NOVE) DIAS DE JAN14 - PROT 54195/2014
10101.0001.14.000131-0	10101.0001.14.000077-7	10101.0001.14.000068-1	NOB	02731	07/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	323,09		NF 2510 COPEIRA CACERES, REF JAN/14 - PROT 54189/2014
10101.0001.14.000095-0	10101.0001.14.000080-7	10101.0001.14.000077-9	NOB	02731	11/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	313,56		NF 2508 MAT. SERV. LIMPEZA BARRA DO GARÇAS, REF JAN14 - PROT 54198/2014
10101.0001.14.000133-7	10101.0001.14.000081-5	10101.0001.14.000074-4	NOB	02731	11/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	73,28		NF 1714 SERV. RECEPÇÃO, REF JAN14 - PROT 49956/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000097-1	10101.0001.14.000101-5	NOB	02731	12/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	2.608,64		NF 545 MOTORISTA REF JAN14 - PROT 61338/2014
10101.0001.14.000120-5	10101.0001.14.000088-2	10101.0001.14.000120-1	NOB	02731	12/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	1.174,32		NF 740 VIGILANCIA E SEGURANÇA REF JAN14 - PROT 49989/2014
10101.0001.14.000128-0	10101.0001.14.000098-1	10101.0001.14.000119-8	NOB	02731	12/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	3.256,00		NF 741 VIGILANCIA JAN14 - PROT 49999/2014
10101.0001.14.000090-1	10101.0001.14.000112-9	10101.0001.14.000129-5	NOB	02731	13/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 1751 RECEPÇÃO VG JAN/14 - PROT 49958/2014
10101.0001.14.000104-3	10101.0001.14.000113-7	10101.0001.14.000123-6	NOB	02731	13/02/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	72,26		NF 1752 LIMPEZA JAN/14 - PROT 49959/2014
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000132-3	10101.0001.14.000144-9	NOB	02731	17/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		NF 169 RECEPCIONISTA DE SINOP, REF JAN14 - PROT 72781/2014
10101.0001.14.000115-9	10101.0001.14.000126-9	10101.0001.14.000147-3	NOB	02731	17/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 171 COPEIRA REF JAN/14 - PROT 72777/2014
10101.0001.14.000116-7	10101.0001.14.000125-0	10101.0001.14.000141-4	NOB	02731	17/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 166 COPEIRA REF JAN/14 - PROT 72770/2014



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000117-5	10101.0001.14.000124-2	10101.0001.14.000139-2	NOB	02731	17/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 165 COPEIRA VG, REF JAN/14 - PROT 72780/2014
10101.0001.14.000034-9	10101.0001.14.000134-1	10101.0001.14.000191-0	NOB	02731	18/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		NF 167 COPEIRAS JAN/14 - PROT 72768/2014
10101.0001.14.000114-0	10101.0001.14.000139-0	10101.0001.14.000183-1	NOB	02731	18/02/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 170 COPEIRA JAN/14 - PROT 72786/2014
10101.0001.14.000027-6	10101.0001.14.000230-3	10101.0001.14.000297-6	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 1818 RECEPÇÃO, LIMPEZA, COPEIRAGEM - PROT 115578/2014
10101.0001.14.000090-1	10101.0001.14.000233-8	10101.0001.14.000302-6	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 1822 RECEPÇÃO VG FEV/14 - PROT 115583/2014
10101.0001.14.000104-3	10101.0001.14.000232-1	10101.0001.14.000300-1	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	72,26		NF 1820 LIMPEZA SINOP FEV/14 - PROT 115574/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.000221-4	10101.0001.14.000290-9	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF 168 RECEPCIONISTA ROO REF JAN/14 - PROT 72789/2014
10101.0001.14.000133-7	10101.0001.14.000231-1	10101.0001.14.000293-3	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	73,28		NF 1819 RECEPÇÃO FEV/14 - PROT 115559/2014
10101.0001.14.000206-6	10101.0001.14.000234-6	10101.0001.14.000267-4	NOB	02731	07/03/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	53.432,53 ✓		DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL ATIVO FEVEREIRO 2014 PROC.103941/2014
10101.0001.14.000095-0	10101.0001.14.000247-8	10101.0001.14.000327-1	NOB	02731	12/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	313,56		NF 2547 LIMPEZACOPEIRA BARRA DO GARÇAS, REF FEV/14 - PROT 115525/2014
10101.0001.14.000096-9	10101.0001.14.000248-6	10101.0001.14.000313-1	NOB	02731	12/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2548 RECEPÇÃO CBA, REF FEV/14 - PROT 115528/2014
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.000265-6	10101.0001.14.000347-6	NOB	02731	14/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 795 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF FEV/14 - PROT 115685/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000267-2	10101.0001.14.000336-0	NOB	02731	14/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	2.608,64		NF 571 MAO DE OBRA DE CONDUÇÃO DE VEICULOS, REF FEV/14 - PROT 126445/2014
10101.0001.14.000131-0	10101.0001.14.000266-4	10101.0001.14.000359-1	NOB	02731	14/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	323,09		NF 2549 COPEIRA CACERES, REF FEV/14 - PROT 115517/2014
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000283-4	10101.0001.14.000368-9	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		NF 190 RECEPCIONISTA SINOP REF FEV/14 - PROT 130275/2014
10101.0001.14.000114-0	10101.0001.14.000297-4	10101.0001.14.000364-6	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 192 COPEIRA REF FEV/14 - PROT 130286/2014
10101.0001.14.000115-9	10101.0001.14.000296-6	10101.0001.14.000361-1	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 191 COPEIRA REF FEV/14 - PROT 130294/2014
10101.0001.14.000116-7	10101.0001.14.000295-8	10101.0001.14.000377-8	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 187 COPEIRA, REF FEV/14 - PROT 130302/2014
10101.0001.14.000117-5	10101.0001.14.000294-1	10101.0001.14.000380-8	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 186 COPEIRA VG, REF FEV/14 - PROT 130253/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.000282-6	10101.0001.14.000371-9	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF 189 RECEPCIONISTA REF FEV/14 - PROT 130317/2014
10101.0001.14.000120-5	10101.0001.14.000284-2	10101.0001.14.000369-7	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	1.174,32		NF 796 VIGILANCIA E SEGURANÇA REF FEV/14 - PROT 115690/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000281-8	10101.0001.14.000390-5	NOB	02731	18/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		NF 188 COPEIRAS REF FEV/14 - PROT 134107/2014
10101.0001.14.000040-3	10101.0001.14.000301-6	10101.0001.14.000404-9	NOB	02731	19/03/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 1817 LIMPEZA ROO, REF JAN/14 - PROT 115569/2014



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000208-2	10101.0001.14.000236-2	10101.0001.14.000328-1	NOB	02731	19/03/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	103.505,81	X	INSS PATRONAL DO PESSOAL ATIVO FOLHA DE FEVEREIRO 2014 PROC. 103941/2014
10101.0001.14.000240-6	10101.0001.14.000318-0	10101.0001.14.000410-3	NOB	02731	20/03/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	2.318,75		NF 843 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF FEV/14 - PROT 115699/2014
10101.0001.14.000323-2	10101.0001.14.000539-6	10101.0001.14.000658-0	NOB	02731	01/04/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	104.585,19	X	INSS PATRONAL DOS SERVIDORES COMMISSIONADOS MÊS DE MARÇO DE 2013. PAGO COM ATRASO DEVIDO INCLUSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETAS QUE É IRREGULAR, E NÃO CORRIGIDOS PELO.
10101.0001.14.000323-2	10101.0001.14.000539-6	10101.0001.14.000666-1	NOB	42372	01/04/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	(104.585,19)	X	data incorreta
10101.0001.14.000027-6	10101.0001.14.000364-4	10101.0001.14.000468-5	NOB	02731	04/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 1947 RECEPÇÃO/LIMPEZA REF FEV/14 - PROT 180399/2014
10101.0001.14.000090-1	10101.0001.14.000366-0	10101.0001.14.000470-7	NOB	02731	04/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 1950 RECEPÇÃO REF 180342/2014 - PROT 180342/2014
10101.0001.14.000133-7	10101.0001.14.000365-2	10101.0001.14.000473-1	NOB	02731	04/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	73,28		NF 1948 RECEPÇÃO REF MAR/14 - PROT 180397/2014
10101.0001.14.000095-0	10101.0001.14.000372-5	10101.0001.14.000476-6	NOB	02731	07/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	313,56		NF 2617 LIMPEZA/COPEIRA BARRA GARÇAS, REF MARÇO/14 - PROT 176814/2014
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.000373-3	10101.0001.14.000487-1	NOB	02731	07/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 859 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF MARÇO/14 - PROT 176598/2014
10101.0001.14.000104-3	10101.0001.14.000370-9	10101.0001.14.000480-4	NOB	02731	07/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	72,26		NF 1949 LIMPEZA SINOP, REF MARÇO/14 - PROT 180403/2014
10101.0001.14.000240-6	10101.0001.14.000374-1	10101.0001.14.000488-1	NOB	02731	07/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	2.318,75		NF 861 VIGILANCIA E SEGURANÇA - PROT 177406/2014
10101.0001.14.000267-8	10101.0001.14.000371-7	10101.0001.14.000486-3	NOB	02731	07/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2618 RECEPÇÃO REF MARÇO/14 - PROT 176809/2014
10101.0001.14.000115-9	10101.0001.14.000382-2	10101.0001.14.000501-0	NOB	02731	09/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 209 COPEIRA, REF MARÇO/14 - PROT 184395/2014
10101.0001.14.000116-7	10101.0001.14.000385-7	10101.0001.14.000497-9	NOB	02731	09/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 213 COPEIRA, REF MARÇO/14 - PROT 184401/2014
10101.0001.14.000117-5	10101.0001.14.000381-4	10101.0001.14.000498-7	NOB	02731	09/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 214 COPEIRA VG, REF MARÇO/14 - PROT 184409/2014
10101.0001.14.000120-5	10101.0001.14.000380-6	10101.0001.14.000508-8	NOB	02731	09/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	1.174,32		NF 860 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF MARÇO/14 - PROT 177089/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000384-9	10101.0001.14.000513-4	NOB	02731	09/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		NF 212 COPEIRA, REF MARÇO/14 - PROT 184405/2014
10101.0001.14.000340-2	10101.0001.14.000383-0	10101.0001.14.000506-1	NOB	02731	09/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 208 COPEIRA, REF MARÇO/14 - PROT 184396/2014
10101.0001.14.000027-6	10101.0001.14.000401-2	10101.0001.14.000533-9	NOB	02731	14/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2042 RECEPÇÃO, COPEIRAGEM, LIMPEZA REF 03/2014 - PROT 196272/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000397-0	10101.0001.14.000535-5	NOB	02731	14/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	1.486,80		NF 585 REF. A DIFERENÇADOS SERV. PRESTADOS DE CONDUTORES DE VEICULOS NOS MESES DE JAN E FEV/14 - PROT 163677/2014



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000411-1	10101.0001.14.000539-8	NOB	02731	15/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		NF 210 RECEPCIONISTA SINOP REF. MARÇO/14 - PROT 184390/2014
10101.0001.14.000371-2	10101.0001.14.000412-8	10101.0001.14.000546-0	NOB	02731	15/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	86,79		NF 1944 LIMPEZA RONDONOPOLIS, REF. FEV/14 - PROT 180390/2014
10101.0001.14.000377-1	10101.0001.14.000414-4	10101.0001.14.000555-1	NOB	02731	15/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	86,79		NF 2041 LIMPEZA RONDONOPOLIS, REF. MARÇO/14 - PROT 196262/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.000458-6	10101.0001.14.000577-0	NOB	02731	16/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF 211 RECEPCIONISTA ROO, REF. MARÇO - PROT 184376/14
10101.0001.14.000131-0	10101.0001.14.000421-7	10101.0001.14.000582-7	NOB	02731	16/04/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	323,09		NF 2619 COPEIRA CACERES REF. MARÇO/14 - PROT 176801/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000452-7	10101.0001.14.000603-3	NOB	02731	30/04/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	3.352,03		NF 592 MOTORISTA REF. MARÇO/14 - PROT 199797/2014
10101.0001.14.000323-2	10101.0001.14.000539-6	10101.0001.14.000668-8	NOB	02731	06/05/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	104.585,19	X	INSS PATRONAL DOS SERVIDORES COMISSONADOS MÊS DE MARÇO DE 2013. PAGO COM ATRASO DEVIDO INCLUSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETAS QUE É IRREGULAR, E NÃO CORRIGIDOS PELO.
10101.0001.14.000325-9	10101.0001.14.000536-1	10101.0001.14.000667-1	NOB	02731	06/05/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	54.028,95	✓	FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE MARÇO DE 2013 PESSOAL ATIVO
10101.0001.14.000433-6	10101.0001.14.000540-1	10101.0001.14.000675-0	NOB	02731	06/05/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	85.249,80	✓	FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE ABRIL DE 2014 PESSOAL ATIVO
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.000496-9	10101.0001.14.000627-0	NOB	02731	07/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 919 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF. ABRIL/14 - PROT 238616/2014
10101.0001.14.000120-5	10101.0001.14.000497-7	10101.0001.14.000624-6	NOB	02731	07/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	1.174,32		NF 918 VIGILANCIA E SEGURANÇA ABRIL/14 - PROT 238612/2014
10101.0001.14.000240-6	10101.0001.14.000495-0	10101.0001.14.000638-6	NOB	02731	07/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	2.318,75		NF 916 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF. MARÇO/14 - PROT 238611/2014
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000520-5	10101.0001.14.000720-1	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		NF 227 RECEPCIONISTA SINOP, REF. ABRIL/14 - PROT 248463/2014
10101.0001.14.000114-0	10101.0001.14.000518-3	10101.0001.14.000701-3	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 225 COPEIRA NUCLEO CRIMINA, REF. ABRIL/14 - PROT 248483/2014
10101.0001.14.000115-9	10101.0001.14.000519-1	10101.0001.14.000692-0	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 226 COPEIRA, REF. ABRIL/14 - PROT 248481/2014
10101.0001.14.000116-7	10101.0001.14.000523-1	10101.0001.14.000709-9	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 230 COPEIRA REF. ABRIL/14 - PROT 248473/2014
10101.0001.14.000117-5	10101.0001.14.000524-8	10101.0001.14.000714-5	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 231 COPEIRA VARZEA GRANDE, REF. ABRIL/14 - PROT 248478/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.000521-3	10101.0001.14.000708-0	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF 228 RECEPCIONISTA ROO, REF. ABRIL/14 - PROT 248459/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000522-1	10101.0001.14.000691-2	NOB	02731	12/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		NF 229 COPEIRAS SEDE REF. ABRIL/14 - PROT 248469/2014
10101.0001.14.000267-8	10101.0001.14.000529-9	10101.0001.14.000727-7	NOB	02731	13/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2697 RECEPCÃO CUIÁBA, REF. ABRIL - PROT 240620/2014



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREIRO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000341-0	10101.0001.14.000528-0	10101.0001.14.000740-4	NOB	02731	13/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	313,56		NF 2696 COPEIRA BARRA DO GARÇAS, REF. ABRIL - PROT 240628/2014
10101.0001.14.000342-9	10101.0001.14.000527-2	10101.0001.14.000735-8	NOB	02731	13/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	323,09		NF 2698 COPEIRA CACERES, REF. ABRIL - PROT 240631/2014
10101.0001.14.000027-6	10101.0001.14.000558-2	10101.0001.14.000758-7	NOB	02731	19/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2146 RECEPÇÃO, COPEIRAGEM E LIMPEZA, REF. ABRIL/14 - PROT 269726/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000582-5	10101.0001.14.000770-6	NOB	02731	20/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	3.352,03		NF 623 MOTORISTAS REF. ABRIL/14 - PROT 268761/2014
10101.0001.14.000262-7	10101.0001.14.000584-1	10101.0001.14.000781-1	NOB	02731	20/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339039000.100.4.1	980,00		NF 857 MANUTENÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE INSUMOS BASICOS DE CONSTRUÇÃO - PROT 207829/2014
10101.0001.14.000435-2	10101.0001.14.000585-1	10101.0001.14.000686-6	NOB	02731	20/05/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	164.642,72	X	GPS DE SERVIDORES COMISSIONADOS PAGO COM ATRASO POIS SO CHEGOU AO FINANCIERO HOJE ENVIADO PELO RH, DEVIDOS PROBLEMAS NAS TRANSMISSOES.
10101.0001.14.000090-1	10101.0001.14.000596-5	10101.0001.14.000800-1	NOB	02731	21/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 2045 SERV. RECEPÇÃO REF. ABRIL/14 - PROT 196250/2014
10101.0001.14.000104-3	10101.0001.14.000597-3	10101.0001.14.000796-1	NOB	02731	21/05/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	72,26		NF 2044 LIMPEZA SINOP, REF. ABRIL/14 - PROT 196278/2014
10101.0001.14.000133-7	10101.0001.14.000598-1	10101.0001.14.000791-9	NOB	02731	21/05/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	73,28		NF 2043 RECEPÇÃO ABRIL/14 - PROT 196289/2014
10101.0001.14.000514-6	10101.0001.14.000658-9	10101.0001.14.000890-7	NOB	02731	06/06/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	92.022,44	✓	FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE MAIO DE 2014 PESSOAL ATIVO CONFORME PROC. 294097/2014
10101.0001.14.000516-2	10101.0001.14.000661-9	10101.0001.14.000887-7	NOB	02731	06/06/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	180.043,42	X	OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO PESSOAL COMISSIONADOS MÊS DE MAIO DE 2014
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.000676-7	10101.0001.14.000959-8	NOB	02731	09/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 979 VIGILANCIA E SEGURANÇA REF. MAIO - PROT 306147/2014
10101.0001.14.000120-5	10101.0001.14.000677-5	10101.0001.14.000955-5	NOB	02731	09/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	1.174,32		NF 978 VIGILANCIA E SEGURANÇA DE ROO, REF. MAIO - PROT 306141/2014
10101.0001.14.000240-6	10101.0001.14.000678-3	10101.0001.14.000963-6	NOB	02731	09/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	2.318,75		NF 977 VIGILANCIA E SEGURANÇA SINOP E V.G, REF. MAIO - PROT 306130/2014
10101.0001.14.000267-8	10101.0001.14.000674-0	10101.0001.14.000975-1	NOB	02731	09/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2762 RECEPÇÃO CUIABA, REF. MAIO - PROT 308464/2014
10101.0001.14.000341-0	10101.0001.14.000675-9	10101.0001.14.000980-6	NOB	02731	09/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	313,56		NF 2761 LIMPEZA COPEIRA BARRA DO GARÇAS, REF. MAIO - PROT 308459/2014
10101.0001.14.000342-9	10101.0001.14.000673-2	10101.0001.14.000971-7	NOB	02731	09/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	323,09		NF 2763 COPEIRA CACERES, REF. MAIO - PROT 308471/2014
10101.0001.14.000403-4	10101.0001.14.000703-8	10101.0001.14.000999-7	NOB	02731	16/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	496,17		NF 1024 VIGILANCIA E SEGURANÇA REF. MAIO - PROT 313087/2014
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000720-8	10101.0001.14.001034-0	NOB	02731	25/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		NF 249 RECEPCIONISTA SINOP REF. MAIO/14 - PROT 314391/2014
10101.0001.14.000115-9	10101.0001.14.000719-4	10101.0001.14.001038-3	NOB	02731	25/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 248 COPEIRA REF. MAIO/14 - PROT 314384/2014



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000116-7	10101.0001.14.000717-8	10101.0001.14.001019-7	NOB	02731	25/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 246 COPEIRA REF. MAIO/14 - PROT 314397/2014
10101.0001.14.000117-5	10101.0001.14.000718-6	10101.0001.14.001015-4	NOB	02731	25/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		NF 247 COPEIRA VG REF. MAIO/14 - PROT 314401/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.000715-1	10101.0001.14.001035-9	NOB	02731	25/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF 244 RECEPCIONISTA MAIO/14 - PROT 314379/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000716-1	10101.0001.14.001025-1	NOB	02731	25/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		NF 245 COPEIRA REF. MAIO/14 - PROT 314425/2014
10101.0001.14.000090-1	10101.0001.14.000743-7	10101.0001.14.000929-6	NOB	02731	30/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 2290 SERV RECEPÇÃO, REF. MAIO - PROT 344081/2014
10101.0001.14.000104-3	10101.0001.14.000744-5	10101.0001.14.000926-1	NOB	02731	30/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	72,26		NF 2291 SERV. LIMPEZA, REF. MAIO - PROT 344079/2014
10101.0001.14.000270-8	10101.0001.14.000742-9	10101.0001.14.000933-4	NOB	02731	30/06/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2289 SERV. RECEPÇÃO, COPEIRAGEM E LIMPEZA DO COND. AMERICAN BUSSINESS, REF. ABRIL/14 - PROT 344084/2014
10101.0001.14.000377-1	10101.0001.14.000741-0	10101.0001.14.000920-2	NOB	02731	30/06/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	86,79		NF 2288 SER. LIMPEZA ROO, REF. ABRIL - PROT 344087/2014
10101.0001.13.001016-6	10101.0001.13.001404-5	10101.0001.14.001072-3	NOB	02731	01/07/2014	10101.0001.14.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	53.809,69		folha de pagamento de dezembro de 2013 relativo ao PESSOAL ATIVO.
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000748-8	10101.0001.14.001140-1	NOB	02731	01/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	3.352,03		NF 649 SERV. MÃO DE OBRA DE CONDUÇÃO DE VEICULOS, REF. MAIO/14 - PROT 336560/2014
10101.0001.13.000165-5	10101.0001.14.000879-4	10101.0001.14.001182-7	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	839,32		PGTO NF 2426 LIMPEZA CONF PROC 856/2014
10101.0001.13.000211-2	10101.0001.14.000875-1	10101.0001.14.001167-3	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	2.608,64		PGTO NF 524 MOTORISTA CONF PROC 8082/2014
10101.0001.13.000220-1	10101.0001.14.000885-9	10101.0001.14.001213-0	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	299,87		PGTO NF 2428 LIMPEZA CONF PROC 854/2014
10101.0001.13.000586-3	10101.0001.14.000886-7	10101.0001.14.001152-5	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	313,56		PGTO NF 2427 LIMPEZA CONF PROC 858/2014
10101.0001.13.000638-1	10101.0001.14.000877-8	10101.0001.14.001183-5	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	3.256,00		PGTO NF 710 VIGILANCIA CONF PROC 16/2014
10101.0001.13.000782-3	10101.0001.14.000894-8	10101.0001.14.001219-1	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		REF NF 152 SERV DE LIMPEZA CONF PROC 22466/2014
10101.0001.13.000913-3	10101.0001.14.000884-0	10101.0001.14.001169-1	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	1.174,32		PGTO NF 709 VIGILANCIA CONF PROC 23/2014
10101.0001.13.000943-5	10101.0001.14.000887-5	10101.0001.14.001148-7	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	323,09		PGTO NF 2429 LIMPEZA CONF PROC 852/2014
10101.0001.13.000989-3	10101.0001.14.000812-3	10101.0001.14.001131-2	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339039000.100.4.1	72,26		REF PROC 33053/2014 DO MES DE DEZEMBRO 2013
10101.0001.13.001022-0	10101.0001.14.000843-3	10101.0001.14.001102-9	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		REF SERVIÇOS DO MES DE DEZ DE 2013 CONF PROC 22474/2014
10101.0001.13.001023-9	10101.0001.14.000841-7	10101.0001.14.001135-5	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		REF SERVIÇOS DO MES DE DEZ DE 2013 CONF PROC 22498/2014
10101.0001.13.001024-7	10101.0001.14.000837-9	10101.0001.14.001123-1	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		REF SERVIÇOS DO MES DE DEZ DE 2013 CONF PROC 22509/2014
10101.0001.13.001041-7	10101.0001.14.000876-1	10101.0001.14.001158-4	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		PGTO NF 708 VIGILANCIA CONF PROC 21/2014
10101.0001.13.001044-1	10101.0001.14.000838-7	10101.0001.14.001121-5	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		REF SERVIÇOS DO MES DE DEZ DE 2013 CONF PROC 22445/2014



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.13.001045-1	10101.0001.14.000840-9	10101.0001.14.001114-2	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		REF SERVIÇOS DO MES DE DEZ DE 2013 CONF PROC 22438/2014
10101.0001.13.001047-6	10101.0001.14.000813-1	10101.0001.14.001112-6	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	73,28		REF PROC 33032/2014 DESP DO MES DE DEZEMBRO DE 2013
10101.0001.13.001048-4	10101.0001.14.000839-5	10101.0001.14.001124-1	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.14.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		REF SERVIÇOS DO MES DE DEZ DE 2013 CONF PROC 22454/2014
10101.0001.14.000354-2	10101.0001.14.000762-3	10101.0001.14.001185-1	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2287 SERV. LIMPEZA SORRISO, REF. MAIO - PROT 344094/2014
10101.0001.14.000354-2	10101.0001.14.000763-1	10101.0001.14.001208-4	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2281 SER. LIMPEZA SORRISO, REF. ABRIL - PROT 344111/2014
10101.0001.14.000377-1	10101.0001.14.000761-5	10101.0001.14.001166-5	NOB	02731	02/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	86,79		NF 2280 SER. LIMPEZA DE ROO, REF. MAIO - PROT 344108/14
10101.0001.14.000562-6	10101.0001.14.000786-0	10101.0001.14.001083-9	NOB	02731	03/07/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	94.606,61		FOLHA DE PAGAMENTO MÊS DE JUNHO 2014 PROC. 349215/2014
10101.0001.14.000564-2	10101.0001.14.000789-5	10101.0001.14.001305-6	NOB	02731	03/07/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	182.433,17		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DOS SERVIDORES COMMISSIONADOS REF. FOLHA DE JUNHO 2014
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000804-2	10101.0001.14.001286-6	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		REF PGTO DE JUNHO DE 2014 CONF PROC 367328/2014
10101.0001.14.000115-9	10101.0001.14.000801-8	10101.0001.14.001270-1	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		REF PGTO DO MES DE JUNHO DE 2014 CONF PROC 367318/2014
10101.0001.14.000116-7	10101.0001.14.000797-6	10101.0001.14.001287-4	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		PGTO DO MES DE JUNHO DE 2014 CONF PROC 367320/2014
10101.0001.14.000117-5	10101.0001.14.000799-2	10101.0001.14.001294-7	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	77,00		REF PGTO DO MES DE JUNHO CONF PROC 367337/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.000803-4	10101.0001.14.001293-9	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF 260 RECEPÇÃO ROO, REF. JUNHO - PROT 367343/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000794-1	10101.0001.14.001274-2	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		REF PGTO CONF PROT 367330/2014 DO MES DE JUNHO 2014
10101.0001.14.000240-6	10101.0001.14.000796-8	10101.0001.14.001297-1	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	2.318,75		NF 1062 VIGILANCIA E SEGURANÇA DE VG E SINOP, REF. JUNHO - PROT 361686/2014
10101.0001.14.000267-8	10101.0001.14.000802-6	10101.0001.14.001266-1	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2829 RECEPÇÃO CBA, REF. JUNHO - PROT 360795/2014
10101.0001.14.000341-0	10101.0001.14.000798-4	10101.0001.14.001263-7	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	313,56		NF 2828 LIMPEZA/COPEIRA BARRA DO GARÇAS, REF. JUNHO - PROT 360801/2014
10101.0001.14.000342-9	10101.0001.14.000800-1	10101.0001.14.001304-8	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	323,09		NF 2830 COPEIRA CACERES, REF. JUNHO - PROT 360807/2014
10101.0001.14.000354-2	10101.0001.14.000795-1	10101.0001.14.001282-3	NOB	02731	10/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2286 SERV. LIMPEZA EM NOBRES, REF. MAIO - PROT 344099/2014
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.000822-0	10101.0001.14.001248-3	NOB	02731	16/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 1061 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF. JUNHO - PROT 361685/2014
10101.0001.14.000270-8	10101.0001.14.000824-7	10101.0001.14.001244-0	NOB	02731	16/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2282 LIMPEZA EM NOBRES, REF. ABRIL/14 - PROT 344104/2014



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 680 - Pagamentos Efetuados por Credor - Empenhos e Liquidações

*Código da Unidade Orçamentária igual a 10101

*Data do Documento maior igual a 01/01/2014

*Exercício igual a 2014

EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	TIPO	CBO	DATA PAGTO.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	Nº do Doc	HISTÓRICO
10101.0001.14.000403-4	10101.0001.14.000820-4	10101.0001.14.001255-6	NOB	02731	16/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	1.145,01		NF 1064 VIGILANCIA E SEGURANÇA JUNHO - PROT 361682/2014
10101.0001.14.000609-6	10101.0001.14.000905-7	10101.0001.14.001325-0	NOB	02731	23/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	1.174,32		NF 1063 SER. VIGILANCIA, REF. JUNHO - PROT 361680/2014
10101.0001.14.000027-6	10101.0001.14.000922-7	10101.0001.14.001366-8	NOB	02731	28/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2425 LIMPEZA E COPEIRAGEM, REF. JUNHO - PROT 399756/2014
10101.0001.14.000090-1	10101.0001.14.000924-3	10101.0001.14.001375-7	NOB	02731	28/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	146,56		NF 2426 RECEPÇÃO, REF. JUNHO - PROT 399762/2014
10101.0001.14.000104-3	10101.0001.14.000923-5	10101.0001.14.001359-5	NOB	02731	28/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	72,26		NF 2427 LIMPEZA SINOP, REF. JUNHO - PROT 399772/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000921-9	10101.0001.14.001365-1	NOB	02731	28/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	3.352,03		NF 661 MOTORISTA REF. JUNHO - PROT 395921/2014
10101.0001.14.000354-2	10101.0001.14.000925-1	10101.0001.14.001372-2	NOB	02731	28/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	86,79		NF 2423 LIMPEZA SORRISO, REF. JUNHO - PROT 399734/2014
10101.0001.14.000623-1	10101.0001.14.000926-1	10101.0001.14.001371-4	NOB	02731	28/07/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	132,59		NF 2431 RECEPÇÃO NOBRES, REF. JUNHO - PROT 399782/2014
10101.0001.14.000377-1	10101.0001.14.000929-4	10101.0001.14.001381-1	NOB	02731	30/07/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	86,79		NF 2424 LIMPEZA ROO, REF. JUNHO - PROT 399744/2014
10101.0001.14.000624-1	10101.0001.14.000952-9	10101.0001.14.001396-1	NOB	02731	07/08/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319011000.100.3.1	95.797,22		FOLHA DO PESSOAL ATIVO MÊS DE JULHO 2014 PROC. 410207/2014
10101.0001.14.000626-6	10101.0001.14.000955-3	10101.0001.14.001405-2	NOB	02731	07/08/2014	10101.0001.03.122.036.2008.9900.319013000.100.3.1	185.075,01		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO MES DE JULHO DE 2014 PROC. 410207/2014
10101.0001.14.000096-9	10101.0001.14.000966-9	10101.0001.14.001437-0	NOB	02731	08/08/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	299,87		NF 2878 RECEPÇÃO CBA REF. JULHO - PROT 421418/2014
10101.0001.14.000403-4	10101.0001.14.000967-7	10101.0001.14.001429-1	NOB	02731	08/08/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	1.145,01		NF 1135 VIGILANCIA E SEGURANÇA TANGARA REF. JULHO - PROT 419500/2014
10101.0001.14.000095-0	10101.0001.14.000974-1	10101.0001.14.001450-8	NOB	02731	13/08/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.5.1	313,56		NF2877 LIMPEZA/COPEIRA BARRA DO GARÇAS, REF. JULHO - PROT 421394/2014
10101.0001.14.000108-6	10101.0001.14.000973-1	10101.0001.14.001452-4	NOB	02731	13/08/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	80,00		NF278 RECEPCIONISTA SINOP, REF. JULHO - PROT 433092/2014
10101.0001.14.000240-6	10101.0001.14.000975-8	10101.0001.14.001458-3	NOB	02731	13/08/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	2.318,75		NF1183 VIGILANCIA E SEGURANÇA VG E SINOP, REF. JULHO - PROT 419484/2014
10101.0001.14.000188-4	10101.0001.14.000990-1	10101.0001.14.001473-7	NOB	02731	18/08/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	150,00		NF277 COPEIRA SEDE, REF JULHO - PROT 433095/2014
10101.0001.14.000106-1	10101.0001.14.000998-7	10101.0001.14.001485-0	NOB	02731	20/08/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	3.352,03		NF 699 MOTORISTA, REF. JULHO - PROT 445081/2014
10101.0001.14.000661-4	10101.0001.14.000999-5	10101.0001.14.001477-1	NOB	02731	20/08/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.1.1	1.174,32		NF 1136 VIGILANCIA E SEGURANÇA, REF. JULHO - PROT 419463/2014
10101.0001.14.000119-1	10101.0001.14.001025-1	10101.0001.14.001572-5	NOB	02731	01/09/2014	10101.0001.03.122.036.2007.9900.339037000.100.4.1	160,00		NF276 RECEPÇÃO ROO, REF. JULHO - PROT 433094/2014
10101.0001.14.000100-0	10101.0001.14.001057-8	10101.0001.14.001520-2	NOB	02731	09/09/2014	10101.0001.03.122.036.2005.9900.339037000.100.4.1	2.349,71		NF 1206 VIGILANCIA E SEGURANCA REF. AGO - PROT 481198/2014